

PSICOLOGIA POSITIVA E EDUCAÇÃO: FLORESCIMENTO COMO POSSIBILIDADE PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

POSITIVE PSYCHOLOGY AND EDUCATION: FLOURISHING AS A POSSIBILITY FOR SCHOOL INCLUSION

Victor Wiskow Krüger

Morgana Domênica Hattge

Resumo: A universalização da educação é uma realidade que tem a inclusão escolar como uma de suas estratégias para transpor barreiras, principalmente no que diz respeito às dificuldades e deficiências individuais dos sujeitos em idade escolar. É observável que muitas das ações em inclusão são proficuas para o aprendizado intelectual, como, por exemplo, a adaptação curricular, no entanto, acabam prejudicando outras áreas de desenvolvimento dos alunos, como as habilidades afetivas e de relacionamento. Essas ações estão implicadas à necessidade de discriminação positiva de modo a oferecer condições exclusivas para o aprendizado, conforme exposto por Castel (2008), o que pode tornar-se um fator que contribui para o estabelecimento de situações de bullying, por conta da evidência que é empregada às qualidades desfavorecidas do indivíduo. Essas reflexões provocam o desejo de promover estratégias que tenham o foco em aspectos positivos do sujeito e que contribuam para a promoção do sentimento de pertença. Para isso, elege-se a Psicologia Positiva como meio de ampliar as possibilidades de ações para a inclusão escolar. Esta pesquisa tem como objetivo investigar quais são as possíveis contribuições da Psicologia Positiva para os processos de inclusão escolar, considerando os conceitos de bem-estar, de acordo com o modelo PERMA, e de florescimento (SELIGMAN, 2011). A metodologia utilizada para a realização do estudo foi a revisão bibliográfica, através da seleção de artigos e livros escritos por autores que se posicionam criticamente frente ao que se convencionou como inclusão no Brasil (FABRIS; LOPES, 2013), que defendem a ideia da Educação Integral (LECLERC; MOLL, 2012) e que anunciam a Psicologia Positiva (SELIGMAN, 2011; CINTRA; GUERRA, 2017). Conclui-se que o florescimento, conforme conceituado pela Psicologia Positiva e incluído como um dos objetivos nos projetos pedagógicos das escolas, pode ser um propulsor de ações e estratégias que possibilitam maior efetividade dos processos de inclusão escolar.

Palavras-chaves: Inclusão escolar. Psicologia Positiva. Florescimento. Educação integral. Forças de caráter.

Abstract: The universalization of education is a reality that has school inclusion as one of its strategies to overcome barriers, especially regarding to school-age people's individual difficulties and deficiencies. It is noticeable that many of the actions in inclusion are useful for intellectual learning, such as curriculum adaptation, however, they end up harming other areas of student development, such as affectionate and relationship skills. These actions are implicated in the need for positive discrimination, in order to offer exclusive conditions for learning, as exposed by Castel (2008), which can become a factor that contributes to the establishment of bullying situations, due to the evidence that is undertaken to the individual's disadvantaged qualities. These reflections provoke the desire of promoting strategies that focus on positive aspects of the subject and that contribute to the promotion of the belonging feeling. For this regard, Positive Psychology is chosen as a mean of expanding the actions possibilities for school inclusion. This research

aims to investigate what are the possible contributions of Positive Psychology to the processes of school inclusion, considering the concepts of well-being, according to PERMA model, and the flowering (SELIGMAN, 2011). The methodology used to carry out the study was the bibliographic review, through the selection of articles and books written by authors who position themselves critically in relation to what was agreed as inclusion in Brazil (FABRIS; LOPES, 2013), who advocate the idea of Integral Education (LECLERC; MOLL, 2012) and that announce Positive Psychology (SELIGMAN, 2011; CINTRA; GUERRA, 2017). The conclusion is that flowering, as conceptualized by Positive Psychology and included as one of the goals in the pedagogical projects of schools, can be a propellant of actions and strategies that enable greater effectiveness of the processes of school inclusion.

Keywords: School inclusion. Positive Psychology. Flourishing. Integral education. Character strength.

Apresentação

Este artigo faz parte da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, que foi produzido ao longo de aproximadamente 10 meses. Também é fruto de uma iniciativa que busca compreender como a Psicologia Positiva pode contribuir com as estratégias de inclusão escolar, de modo a reduzir o sofrimento dos estudantes consequente da evidência que suas limitações recebem. Assim como, às vezes, acontece no cotidiano da escola, os pesquisadores foram surpreendidos com obstáculos que em um primeiro momento frustraram as expectativas sobre o que se pretendia realizar e depois levaram a decisão de adaptar os objetivos e a metodologia da pesquisa para que fosse possível a viabilização do estudo.

Com a ideia de vislumbrar novas estratégias e possibilidades de ações que corroborem com a efetividade da inclusão escolar, formulou-se uma proposta de intervenção que gerasse efeitos e possíveis análises desses resultados na vida escolar. A intervenção consistia na aplicação de técnicas de Psicologia Positiva com todos os estudantes de uma mesma turma. O objetivo central da aplicação dessas técnicas seria facilitar aos alunos o conhecimento sobre as suas próprias forças de caráter¹, do modo como elas podem ser utilizadas como ferramentas e recursos para tomada de decisões e enfrentamento de situações desafiadoras ao longo da vida. Seligman (2011) explica que esse aprendizado colabora para o aumento do bem-estar e do florescimento pessoal, pois a pessoa passa a desenvolver ainda mais suas habilidades e seus aspectos positivos, encarando a vida com maior engajamento e sentido.

O planejamento da intervenção incluía cinco encontros presenciais, em uma sala de aula, com duração de 1 período de aula cada. Em resumo, os objetivos dos encontros seriam: proporcionar aos participantes uma imersão em suas emoções, tanto aquelas mais prazerosas quanto as que podem causar algum desconforto, tornando-os conscientes sobre elas. Junto a essa experiência, foi programado um momento de exploração sobre as situações e fatores que contribuem para a percepção de tais sensações no próprio corpo.

¹ As forças de caráter consistem em 24 aspectos positivos presentes nos sujeitos, organizados em seis virtudes (Virtude da Transcendência: apreciação da beleza, gratidão, esperança, humor e espiritualidade; Virtude da Moderação: perdão, humildade, prudência e autocontrole; Virtude da Humanidade: amor, generosidade e inteligência social; Virtude da Justiça: justiça, trabalho em equipe e liderança; Virtude da Coragem: bravura, perseverança, integridade e vitalidade; Virtude da Sabedoria: criatividade, curiosidade, critério, amor ao aprendizado e perspectiva).

Após a vivência sobre diferentes emoções e como elas afetam os sujeitos, o próximo passo seria o ensinamento sobre as forças e virtudes pessoais, de modo que os participantes tomassem conhecimento de seus principais aspectos e qualidades positivas. Por fim, o plano era abordar sobre as diferenças presentes na turma de alunos, relacionadas ao conjunto de forças de assinatura singular a cada participante, explorando o potencial que a multiplicidade de aspectos positivos pode ter em relação ao rendimento escolar, ao bem-estar e sobretudo para o sentimento de pertencimento ao grupo.

Para fins de produção de dados, foi elaborado um questionário de avaliação individual sobre o sentimento de inclusão, o nível de conhecimento sobre aspectos positivos pessoais, a relação com a diferença e sobre o sentido que é dado para a trajetória escolar. Com o intuito de identificar e analisar os efeitos da intervenção, o questionário foi programado para ser aplicado no primeiro e no último encontro, sendo assim seria possível comparar as respostas antes e depois das atividades.

Após a elaboração do projeto de pesquisa, os pesquisadores cumpriram com todos os trâmites éticos e legais que envolviam o estudo, inclusive passando pela aprovação do Comitê de Ética da Univates (COEP) e contato com a direção da escola onde a pesquisa seria realizada. As intervenções decorrentes da pesquisa seriam realizadas no primeiro semestre de 2020, porém surgiram intercorrências que impossibilitaram a dinâmica do estudo. Em 26 de fevereiro foi identificado no Brasil o primeiro caso de uma pessoa infectada pelo novo coronavírus, efeito de uma pandemia declara em março de 2020 e que começou acometer as pessoas pelo mundo desde o final do ano de 2019.

Em Lajeado, vive-se em 2020 um surto epidêmico em razão da Covid-19, em que o número de casos testados com resultado positivo para o vírus esteve crescente, lotando os leitos de UTI do hospital, em meados de abril e maio. Com isso, a prefeitura decretou o isolamento social com o objetivo de controlar o contágio e a proliferação da doença e, a partir do Decreto Municipal 11.548/2020 (LAJEADO, 2020), ficou proibido o funcionamento de toda indústria, comércio e serviços. Estava permitida a abertura de serviços essenciais, como farmácia, mercados e serviços de assistência à saúde, com algumas restrições como lotação máxima de 30% da capacidade, entrada em estabelecimentos apenas com uso de máscara, não permitida a entrada de grupos familiares e uso de álcool gel nas mãos logo na entrada.

Por conta dessa circunstância, em que a vida se torna mais vulnerável e o cenário é de medo sobre como se está sendo e ainda será afetado por um inimigo desconhecido e mortal, houve a necessidade de mudar a metodologia da pesquisa. Em respeito e proteção à vida dos pesquisadores e dos adolescentes que participariam das atividades, foi decidido pela realização de um estudo com base bibliográfica. Os pesquisadores acreditam que a literatura e as pesquisas que já foram realizadas por intermédio de outros autores serão de grande importância para esse trabalho e que, futuramente, as discussões e conclusões geradas em consequência da exploração desses materiais servirão como base para uma possível intervenção que contribuirá ainda mais para a discussão sobre educação e Psicologia Positiva.

Introdução

Ao final da graduação em Psicologia, durante a produção do trabalho de conclusão de curso, surge a inspiração para a realização de uma pesquisa sobre a Psicologia Positiva relacionada à inclusão escolar. O estudo sobre a temática foi motivado por duas circunstâncias. A primeira foi o fato de o acadêmico ter tido o contato com o movimento da Psicologia Positiva, o qual tem como objetivo principal o Florescimento do sujeito por meio do desenvolvimento e do cultivo do bem-estar. Esse conceito refere-se à percepção do sujeito de que a sua vida está indo bem, ou seja, um sentimento composto pela experiência de sentir-se bem e reconhecer que suas próprias ações são eficazes frente aos desafios do dia-a-dia (CINTRA; GUERRA, 2017). E a segunda, foi a forma como ambos os pesquisadores se sentem sensibilizados com as dificuldades que muitos estudantes do ensino básico enfrentam, tanto no processo da aprendizagem, como nos relacionamentos interpessoais, muitas vezes marcadas por suas diferenças em relação ao que tem se estabelecido socialmente como normal.

Com o tempo, observou-se a relevância da introdução de técnicas da Psicologia Positiva entre as práticas de ensino escolares, com o objetivo de promover um estado de espírito mais positivo nos estudantes, pois isso contribui favoravelmente para o aprendizado, para a melhora nas relações e até prevenir transtornos como a depressão. Nesse contexto, o movimento da Educação Positiva nasce com a intenção de promover o ensino do bem-estar na escola, seguindo os conceitos estudados por Martin Seligman (2011) e que constituem o modelo PERMA, que significa: *Positive Emotion, Engagement, Relationship, Meaning e Accomplishment* (Emoção Positiva, Engajamento, Relacionamento, Sentido e Realização) (CINTRA; GUERRA, 2017). Entende-se que o aumento dos níveis desses aspectos na vida do sujeito contribui para a produção de bem-estar subjetivo e o avanço para um estado de Florescimento (SELIGMAN, 2011).

Outro importante objeto de estudo da Psicologia Positiva é o conjunto de Forças de Caráter, as quais consistem em características pessoais que influenciam sobre a forma como o sujeito se relaciona com o mundo em sua volta. O conhecimento, o desenvolvimento e a prática dessas Forças, contribuem para o aumento das emoções positivas, do engajamento, do sentido, dos relacionamentos positivos e da realização. E

ainda, esse movimento possibilita o reconhecimento de aspectos positivos da pessoa, melhorando a sua autopercepção e a percepção dos outros sobre ela.

A experiência na pesquisa sobre o tema da inclusão escolar e a proximidade com o cotidiano educacional, instigou os pesquisadores a refletir sobre a temática da inclusão. Percebe-se que muitos alunos que recebem atendimento especializado para atender às suas demandas específicas e individuais, sofrem com o *bullying* e com a evidência que suas qualidades desfavorecidas recebem, ficando seus aspectos positivos e suas forças ofuscadas. Esses acontecimentos levam a refletir sobre as consequências de algumas ações em inclusão escolar, como por exemplo, a adaptação curricular, que podem ser profícuas no que diz respeito ao desenvolvimento intelectual do estudante; entretanto, ao mesmo tempo, contribuir para prejuízos no âmbito relacional e afetivo, causando mal-estar.

A partir do reconhecimento do sofrimento apresentado por alguns estudantes que fazem parte do grupo de inclusão escolar, identificou-se que os sentimentos desagradáveis são gerados pela forma como as características desfavorecidas desses alunos são evidenciadas, para que se possa detectar as demandas e oferecer um atendimento qualificado. Fazendo uma relação disso com os principais conceitos da Psicologia Positiva e os resultados que podem ser produzidos com o ensino do bem-estar na escola, como por exemplo, a identificação de forças e virtudes nos alunos, questiona-se: **de que modo a Psicologia Positiva pode contribuir para o florescimento dos estudantes do ensino básico, potencializando as estratégias de inclusão escolar?**

A partir das pesquisas realizadas na literatura sobre o tema da inclusão escolar e da Psicologia Positiva, chegou-se à hipótese de que o ensino e o desenvolvimento do bem-estar, de acordo com o modelo PERMA (SELIGMAN, 2011), podem influenciar positivamente no avanço das estratégias de inclusão escolar. No entanto, considera-se o sentido subjetivo e mais amplo e abrangente no que diz respeito à promoção do sentimento de pertença dos estudantes no ambiente da escola e nas suas relações com as diferenças pessoais de cada indivíduo ou grupos de pessoas que convivem no ambiente educacional.

Foi estabelecido como objetivo gerar uma discussão acerca das possíveis contribuições da psicologia positiva no âmbito da inclusão escolar. Além disso, será possível contribuir para o aprofundamento do estudo acerca da temática da inclusão escolar, compreender a importância da Psicologia Positiva para a área da Educação e

fomentar o ensino do bem-estar na escola. Para viabilizar esse estudo, será realizada uma revisão bibliográfica a partir da seleção de grupos de autores que se posicionam criticamente frente ao que se convencionou como inclusão no Brasil (FABRIS; LOPES, 2013); que defendem a ideia de educação integral (LECLERC; MOLL, 2012); e que anunciam a psicologia positiva (SELIGMAN, 2011; CINTRA; GUERRA, 2017). Esses autores foram sendo conhecidos e identificados como relevantes para a pesquisa durante todo o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Foram utilizados livros encontrados no acervo físico da biblioteca da Univates, obras recomendadas pela professora orientadora da pesquisa e artigos encontrados no banco de dados Scielo.

Discussão

No âmbito da educação, a psicologia vem buscando conquistar espaço de forma a fazer parte do conjunto de saberes que atuam nos processos de ensino e aprendizagem. Conforme Kupfer (2004), nos primórdios da psicologia escolar, ela esteve alienada a uma identidade forjada por ideologias que buscavam nos profissionais da área uma atitude ortopédica e corretiva em relação às ações dos professores sobre os alunos. Além disso, nesse mesmo período, os psicólogos tiveram como objeto de seu trabalho na escola os problemas de aprendizagem, atendendo uma expectativa liberal de que as diferenças não provêm das contingências e desigualdades sociais, mas são responsabilidades unicamente do próprio indivíduo. Com isso, a Psicologia adentra as margens do espaço escolar, restringida a uma sala de atendimento e aplicação de testes, anexa, de forma que a interrupção do trabalho do psicólogo em nada mudaria a rotina escolar.

A via encontrada pelos psicólogos para acessar o espaço escolar, como a pretensão de consertar a escola focando nos problemas de aprendizagem e na correção das ações dos professores, é a mesma que contribui para o descrédito e cisão entre a psicologia e a pedagogia. Não obstante, ao identificar novas formas de contribuir nos processos de ensino e aprendizagem, sobretudo percebendo as contribuições de determinantes sociais e a relevância das relações entre a criança e seus pais e professores para as dinâmicas de aprendizagem e desenvolvimento, a psicologia empreendeu esforços visando à instrumentalização para um trabalho de fato efetivo e contributivo com a pedagogia na escola (KUPFER, 2004).

Pautado pela psicanálise lacaniana, em que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, encontra-se a nova via de acesso do psicólogo na escola. Como relata Kupfer (2004), é no auxílio à circulação de discursos que rompem com o que fora cristalizado e tido como verdade natural, possibilitando a emergência do que é novo e potente à educação em consonância com as contingências contemporâneas, que a psicologia constroi o seu espaço junto aos outros saberes que atuam na escola. De acordo com a autora:

Os discursos institucionais tendem a produzir repetições, mesmice, na tentativa de preservar o igual e garantir sua permanência. Contra isso, emergem, vez por outra, falas de sujeitos, que buscam operar rachaduras no que está cristalizado. É exatamente como “auxiliar de produção” de tais emergências que um psicólogo pode encontrar seu lugar (KUPFER, 2004, p. 59).

O desdobramento desse estudo se funde à ideia de problematização e ruptura dos discursos de verdade, cristalizados, sobre a educação e a inclusão escolar. No Brasil, assim como em muitos países, a educação é um direito constitucional e fundamental para o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e preparo para o trabalho. Atualmente a ideia predominante e praticamente inquestionável é a de que, em sociedade, um indivíduo se torna autônomo e em condições de alcançar seus objetivos a partir da aquisição de conhecimentos fundamentais, de acordo com os estágios do desenvolvimento humano. Dessa forma, entende-se que é necessário desenvolver conhecimentos, habilidades e competências em concordância com as demandas do cotidiano de cada sujeito, bem como salienta o projeto Educação já! (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018).

Nesse sentido, é importante salientar que, além dos resultados individuais, a educação é essencial para o desenvolvimento da sociedade, pois impacta tanto no campo econômico quanto social, tornando-se a base evolutiva de uma nação. Com isso é possível compreender a imposição realizada pelo Estado de um caráter imperativo ao acesso à escola, sobretudo em relação aos indivíduos da faixa etária de 4 a 17 anos de idade, de acordo com a meta 1 estabelecida pela Organização Todos pela Educação (2018), tornando o Estado e a família os responsáveis em garantir os meios para inserir as crianças e adolescentes nas escolas de ensino básico (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018).

A importância de um olhar integral e amplo às demandas de educação e desenvolvimento do sujeito

De encontro a tal imposição do Estado, de que as ações em educação básica devem atingir a todos os brasileiros, é possível questionar sobre o modo como a educação se apresenta, principalmente às crianças e adolescentes em idade escolar. Em um primeiro momento pode-se dizer que a educação tem se caracterizado como um processo de formalismos legais, de modo que a trajetória educativa trilhada pelo aluno está cristalizada em prazos e normas fixadas por convenção (TEIXEIRA, 2007). Por exemplo, é dever do estudante cumprir com determinada carga horária e atingir uma nota mínima para se considerar satisfatório o desempenho escolar. Em contrapartida, Anísio Teixeira ressalta que é preciso compreender a educação como:

[...] processo de cultivo e amadurecimento individual, insusceptível de ser burlado, pois corresponde a um crescimento orgânico, humano, governado por normas científicas e técnicas, e não jurídicas, e a ser julgado sempre a posteriori e não pelo cumprimento formal de condições estabelecidas a priori (TEIXEIRA, 2007, p. 100).

Com vistas a discutir a educação considerando os moldes apresentados por Anísio Teixeira, no trecho citado anteriormente, será abordada a noção de Educação Integral proclamada por Leclerc e Moll (2012). Esse formato de educação abrange o horizonte formativo contemplando necessidades inerentes aos campos cognitivo, estético, ético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros. Nesse formato, as atividades escolares extrapolam o ensino de matérias que constituem o núcleo tradicional do currículo.

As ações educacionais vão além da transmissão de conhecimentos restringidos em um currículo comum a toda população, elas fazem parte de estratégias que possibilitam o processo de desenvolvimento das pessoas, levando em conta diversos macrocampos, os quais são exemplificados e apresentados no Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010) como:

[...] acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades (BRASIL, 2010, texto online).

Sem querer estabelecer limites em torno desses aspectos apontados no decreto anteriormente, as políticas públicas em educação integral pretendem alargar o espectro de possibilidades das ações educativas que, de acordo com Cavaliere, envolvem:

[...] diversas e abrangentes dimensões da formação dos indivíduos. Quando associada à educação não-intencional, diz respeito aos processos socializadores e formadores amplos que são praticados por todas as sociedades, por meio do conjunto de seus atores e ações, sendo uma decorrência necessária da convivência entre adultos e crianças. [...] Quando referida à educação escolar, apresenta o sentido de religação entre a ação intencional da instituição escolar e a vida no sentido amplo (CAVALIERE, 2010, p.1).

A perspectiva da educação integral contribui para pensar a escola como um equipamento social que proporciona ao sujeito conhecer e desenvolver suas potencialidades. Portanto a experimentação e exposição a contextos como o esporte, a arte e a cultura amplia o horizonte de possibilidade do indivíduo. Esse pensamento vai ao encontro com os objetivos da Psicologia Positiva, de modo que sua *práxis* está voltada ao desenvolvimento do bem-estar e conseqüentemente o florescimento do sujeito. E, para isso, um dos métodos utilizados é o aprendizado sobre aspectos positivos e as forças de caráter do sujeito e os diferentes contextos defendidos como campo de aprendizado e desenvolvimento pela Educação Integral são potencialmente favoráveis para a prática e o exercício das principais características e competências dos estudantes.

A inclusão escolar como um imperativo de Estado

Compreendido o conceito de Educação Integral, retoma-se o discurso que declara a urgência sobre a abrangência do ensino a toda a população brasileira. A partir da compreensão de que cada indivíduo possui condições diferentes para ter acesso ao ensino básico, sendo que em muitos casos o processo de escolarização se encontra prejudicado por dificuldades individuais, podendo ser elas deficiências físicas ou intelectuais, se vê necessária a produção de mecanismos que combatam tais ameaças. Fabris e Lopes (2013) chamam a atenção para as ações em inclusão escolar, que são apresentadas como a possibilidade da universalização dos direitos individuais, sobretudo à educação, e, portanto, vista pelo Estado como meio absoluto para tal conquista.

Apesar do aspecto positivo sobre a democratização da Educação, de modo que todos tenham acesso a ela e conquistem o direito de aprender e de se desenvolver, ainda é necessário problematizar sobre as ações em inclusão escolar frente à racionalidade neoliberal onde circunscreve-se este ideal. Pois, ao mesmo tempo em que o sujeito se beneficia com as políticas públicas que o possibilitam acessar a escola, ele torna-se

autônomo e empreendedor de si mesmo, ou seja, é tão responsável pelo sucesso quanto pelo próprio fracasso, excluindo-se outras circunstâncias que contribuem para tal resultado e que fogem de seu controle (FABRIS; LOPES, 2013).

É possível fazer uma leitura da sociedade hoje como sendo implicada em uma cultura da falsa liberdade instaurada pelo capitalismo contemporâneo, onde tudo é possível de ser consumido e para isso os processos de subjetivação estão comprometidos com a alta performance dos indivíduos avante ao sucesso. Revelando a mudança entre a sociedade disciplinar dos tempos modernos, em que os sujeitos eram barrados em seus desejos e imperava a autoproteção através do estranhamento e negação das diferenças alheias às normativas da época, Byung-Chul Han (2017) concebe a caracterização da sociedade atual como uma sociedade do cansaço, onde as instituições, ao invés de barrar, impulsionam incessantemente os sujeitos em seu desempenho máximo. O autor infere que o mal-estar está atrelado ao insucesso, que por sua vez acaba sendo culpa dos sujeitos que fracassam em sua performance.

A inclusão dos sujeitos nos processos formais de educação é experienciada como um dos salvos-condutos ao sucesso. Em consonância, Fabris e Lopes (2013) afirmam que, dessa forma, esses indivíduos estariam fora das estatísticas do Estado contabilizadas sobre os excluídos; entretanto, as autoras salientam que tais sujeitos ainda carregam uma história de discriminação negativa que não pode ser negligenciada. Sendo assim, abre-se espaço para a construção de um novo conceito, a saber, o de In/exclusão:

In/excluídos passa a ser um conceito que abrange tipos humanos diversos que vivem sob variadas condições, mas que carregam consigo uma história de discriminação negativa. Isso equivale a dizer que na atualidade há esforços de Estado para a diminuição dos excluídos, embora continuemos a apontar exclusões a partir da mobilização de novos conceitos. Entre os conceitos mobilizados está o de in/exclusão. Este surge para mostrar que, embora muitos estejam incluídos nas estatísticas e em alguns espaços físicos, boa parcela dos indivíduos ainda sofre com as práticas de inclusão excludente (FABRIS; LOPES, 2013, p. 74).

Com a pretensão de reconhecer quem são os excluídos, mesmo eles estando presentes nos espaços físicos que outrora eram impedidos de estar, entende-se como importante a utilização do conceito de In/exclusão. Ademais, Fabris e Lopes (2013) comentam que mesmo alguém estando respaldado pelas condições necessárias para se encontrar inserido em um determinado espaço ou contexto, haverá circunstâncias em que

ele será excluído frente à uma dificuldade, deficiência e/ou impedimento por outrem que o impossibilite de executar uma determinada atividade.

Ao longo dos anos, a inclusão escolar tem tido um olhar mais atento às demandas de alunos da Educação Especial, reconhecidos como aqueles que possuem alguma deficiência, transtorno do espectro autista ou superdotação/altas habilidades. Contudo, Hattge (2014) reflete que há outras necessidades específicas que alargam o espectro da inclusão escolar, por exemplo, o aluno repetente que evade à escola, ou a criança que não estuda por falta de recursos financeiros, entre outros aspectos que ainda podem ser discutidos.

Alguns dispositivos que integram as ações de inclusão, no que diz respeito ao panorama da educação especial, são a adaptação curricular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esses recursos podem ser considerados discriminatórios, pois diferenciam aqueles que possuem necessidades específicas dos que não precisam de tal atendimento. Nesse sentido há a necessidade de distinguir a discriminação negativa da discriminação positiva, de modo que a primeira serve como uma forma de diminuir o sujeito por conta de alguma característica que o diferencia dos demais e a outra está a serviço de dar plenas condições para o sujeito se desenvolver ao longo da sua vida (CASTEL, 2008).

Sendo assim, há momentos que as ações consideradas discriminatórias possuem um caráter inclusivo e beneficiário aos alunos com necessidades específicas; de encontro a essa realidade, ainda podem contribuir para uma maior visibilidade das dificuldades que determinado estudante sofre, influenciando a autopercepção e a percepção dos colegas e professores sobre ele (CASTEL, 2008). Ao longo do Estágio de Psicologia, o qual está sendo cursado paralelamente com a produção deste estudo, em uma escola na região do Vale do Taquari, foi possível observar as interferências de algumas nuances do processo de inclusão, nos aspectos do desenvolvimento relacional entre os estudantes. Conforme um caso observado no cotidiano do estágio, apesar de todos os benefícios que alguns estudantes possam ter, a adaptação curricular contribuiu para o surgimento de situações de bullying, justamente porque põe em evidência as deficiências e dificuldades do aluno.

Analisando o relato do estágio, observa-se que o exercício da inclusão escolar, nos moldes que é praticada atualmente, pressupõe a discriminação positiva dos estudantes.

Castel (2008) corrobora dizendo que discriminar positivamente é evidenciar as diferenças do indivíduo em relação ao grupo, de modo que seja possível realizar um tratamento qualificado com o objetivo de oportunizar plenas condições para o sujeito se desenvolver ao longo da sua vida. Ademais, Jaqueline Moll (2009) comenta, em seu artigo, baseando-se no professor Boaventura de Souza Santos (2002) que:

[...] pode-se dizer, em um projeto aberto, em que cada pessoa tem direito à igualdade, sempre que a diferença inferioriza e tem direito à diferença toda vez que a igualdade homogeneiza, para dar conta da complexidade do mundo contemporâneo (SANTOS, 2002 apud MOLL, 2009, p. 31).

Em tempo, a evidência no sujeito de aspectos e qualidades negativas causam mal-estar e conseqüentemente prejuízos em outras áreas do desenvolvimento humano, bem como nas questões socioemocionais. Ao pensar estratégias que possam contribuir com o equilíbrio entre o desenvolvimento intelectual e socioemocional, investiga-se nos conceitos da Psicologia Positiva uma possibilidade para construir essas ações.

Educação Positiva: Psicologia Positiva e suas implicações na Educação

Durante muito tempo a psicologia tem se preocupado, principalmente, em conhecer e então suprimir aspectos que tornam a vida ruim, ou seja, patologias e outras contingências que afetam negativamente as pessoas e o mundo de modo geral. Os estudos nessas áreas possibilitaram superar muitos dos problemas que acometem as pessoas e são de grande importância para a humanidade até hoje. Contudo, de acordo com Scorsolini-Comin (2012), em meados dos anos 2000, Martin Seligman e Mihaly Csikszentmihalyi (2000) dão início a um movimento científico chamado Psicologia Positiva, o qual investiga aspectos que contribuem para tornar a vida melhor. É dessa forma, buscando elementos que atribuem valor a um viés científico positivo, que Seligman (2011) começa a pesquisar sobre o bem-estar.

O bem-estar é considerado um construto que pode ser mensurado e se tornar praticável através de elementos como a emoção positiva, engajamento, sentido, relacionamento positivo e a realização. A emoção positiva é definida por sentimentos como a felicidade, satisfação com a vida, prazer, êxtase entre outros componentes que tornam a vida agradável. O engajamento é quando o sujeito se entrega a uma atividade, envolvendo-se de maneira a perder a consciência de si mesmo. É como se a atenção

concentrada estivesse consumindo todos os recursos cognitivos e emocionais que formam os pensamentos e sentimentos (SELIGMAN, 2011).

O sentido está relacionado com a percepção de pertencer ou servir a algo que é maior do que o eu. Situação possível de ser identificada em instituições como religiões, partidos, famílias, ou até mesmo em atitudes filantrópicas, dentre outras formas. O relacionamento positivo pode ser reconhecido quando se acredita que tem alguém com quem dividir problemas e buscar ajuda, ou até mesmo pessoas com as quais se compartilha momentos felizes. Estudos comprovam que o humano é um ser sociável e eficaz na resolução de problemas sociais, o que caracteriza essa habilidade com sendo a principal capacidade de adaptação dentro do processo histórico e evolutivo (SELIGMAN, 2011).

A realização é a busca da conquista pela conquista, por exemplo, podem-se observar pessoas que dedicaram a vida construindo riquezas e que após acumular muitos patrimônios e dinheiro doam para instituições ou outras pessoas. Percebe-se que mesmo sem usufruir elas mesmas do produto de suas conquistas, ainda assim sentem-se realizadas. O reconhecimento e o exercício dessas características proporcionam o bem-estar e, conseqüentemente, o florescimento das pessoas (SELIGMAN, 2011). As autoras Cintra e Guerra (2017) explicam o fenômeno do florescimento como sendo um estado em que o sujeito percebe que “a vida está indo bem”, uma espécie de sentir-se bem combinado com a percepção de que suas ações são eficazes.

Outro importante objeto de estudo da psicologia positiva, segundo Seligman (2011), é constituído pelas forças de caráter. Elas estão organizadas em 24 forças distribuídas em seis virtudes, as quais são: sabedoria, moderação, justiça, coragem, transcendência e humanidade. Cada um desses aspectos positivos pode ser encontrado nas pessoas do mundo todo, o que indica o caráter universal dessas características. No entanto, as forças de caráter se manifestam com diferentes intensidades em cada sujeito, sendo que as que estão mais acessíveis são identificadas como forças de assinatura, contribuindo para um senso de autenticidade. Esses aspectos positivos influenciam no modo como o sujeito se relaciona com as pessoas e com o mundo em sua volta, portanto, quanto maior o conhecimento, o desenvolvimento e a prática de cada uma das forças de assinatura, maior serão as chances em aumentar as emoções positivas, o engajamento, o sentido, os

relacionamentos positivos e a realização, contribuindo conseqüentemente para mais bem-estar e florescimento (SELIGMAN, 2011).

O panorama geral da educação tem sido identificado com o preparo dos indivíduos para obter êxito no mundo do trabalho, ou seja, espera-se que os alunos alcancem a alfabetização e ao longo do tempo, até finalizar o ensino médio, refinam seus conhecimentos acerca do mundo e desenvolvam habilidades básicas, assim como cálculos matemáticos mais complexos. Algumas escolas promovem programas sobre cidadania e o desenvolvimento de outras habilidades como teatro, música e alguma língua estrangeira adicional, mas o objetivo mais evidente é a preparação para o vestibular, ou a preparação para o trabalho através do ensino técnico, o que imprime um ritmo pouco preocupado com o bem-estar da população.

É evidente que a realização no trabalho é importante e que as escolas têm papel fundamental na trajetória da carreira profissional que inicia na adolescência com a escolha da profissão. Contudo, Cintra e Guerra (2017) ressaltam que a escola é um espaço privilegiado para o ensino do bem-estar, conforme é conceituado em psicologia positiva, de modo que tem uma influência direta no desenvolvimento e manutenção dos modos de vida na sociedade. As autoras ainda ressaltam que é importante que a psicologia positiva atue não somente com os alunos, mas em toda a comunidade escolar, ou seja, com os professores, funcionários, pais e demais sujeitos que estão envolvidos nos processos educativos. Cintra e Guerra (2017) explicam que esse movimento de inserção e contribuição da psicologia positiva nos processos educacionais é denominado de Educação Positiva. Este conceito está intimamente ligado à construção de uma cultura que promove os aspectos positivos do ser humano, contribuindo para o florescimento dos sujeitos na sociedade.

Seligman (2011) elege três razões para que o bem-estar seja ensinado na escola. Primeiro ele refere-se ao aumento da depressão durante os últimos anos e que está acometendo crianças com até menos de 15 anos de idade. O autor explica que a qualidade de vida não está vinculada exclusivamente com os progressos econômicos e nem sociais. Ele exemplifica dizendo que mesmo com aumento do poder de compra nos EUA e com as conquistas de direitos pelas mulheres, ao longo dos últimos 50 anos, a depressão vem acometendo cada vez mais pessoas e mais jovens (SELIGMAN, 2011).

A segunda razão relevante para Seligman (2011) é o aumento nominal da felicidade ao longo das duas últimas décadas, o que significa que há uma pseudossensação sobre o aumento da felicidade, visto que a satisfação com a vida tem diminuído inclusive em países desenvolvidos como os EUA e a Alemanha. Por último, Seligman (2011, p. 93) ressalta que “[...] um estado de humor positivo produz maior atenção e um pensamento mais criativo e holístico”. Ele alerta que o humor negativo produz predominantemente um pensamento crítico e analítico, o qual contribui para um comportamento defensivo em que se procura pelo que já é conhecido, o que prejudica o desenvolvimento de novos aprendizados. O pensamento criativo produz muito mais êxito do que apenas seguir, mecanicamente, às ordens pré-estabelecidas.

Um dos cinco elementos do bem-estar é o relacionamento positivo e Seligman (2011) explica que faz parte do sucesso da evolução humana a capacidade de selecionar grupos que cooperem para o bem do próprio grupo. Com isso, e através da seleção natural, o ser humano herdou estruturas cerebrais emocionais que possibilitam sentimentos e emoções como o amor, a compaixão, o trabalho em equipe e o sacrifício pessoal. Sendo assim, Seligman (2011) relata que, de forma altruísta, as pessoas têm uma inclinação a preocupar-se com o outro, desta forma é possível aumentar o próprio bem-estar ajudando alguém que passa por uma dificuldade. Outrossim, o autor ressalta que, além da importância do cuidado com o outro, sentir-se amparado socialmente também é fundamental para que se possa sentir-se bem ao longo da vida. A sensação de estar protegido pertencendo a um grupo social, ou ainda, poder compartilhar momentos agradáveis e felizes entre pessoas, faz parte da construção do florescimento.

“[...] as outras pessoas são o melhor antídoto para os momentos ruins da vida e a fórmula mais confiável para os bons momentos” (SELIGMAN, 2011, p. 31).

Conclusão

Nesse estudo, investigou-se sobre quais são as possíveis contribuições da Psicologia Positiva no âmbito da inclusão escolar, pois se acredita que o emprego de técnicas decorrentes de sua *práxis* evidencia as qualidades do indivíduo favoráveis ao seu processo de desenvolvimento e aprendizado. Nota-se que o movimento da Psicologia Positiva ao longo dos anos colaborou com a mudança de viés empregado na maioria das pesquisas realizadas pelo mundo, as quais tinham como foco, quase sempre, a solução de

problemas que acometem a população. Atualmente, muitos pesquisadores têm se ocupado em conhecer as causas e efeitos do que torna a vida melhor, com o objetivo de se obter mais disso.

O olhar com um viés positivo sobre os fatos favorece o reconhecimento de potencialidades latentes no campo escolar, sobretudo em relação às características positivas de sujeitos que, em consequência das ações em inclusão escolar, acabam sendo identificados pelas suas dificuldades e deficiências. Não há a pretensão de refutar a importância das intervenções includentes que estão sendo realizadas nas escolas atualmente; porém, tais estratégias, somadas ao ensino sobre as forças de caráter, podem proporcionar o equilíbrio necessário para o pleno desenvolvimento do sujeito em sua integralidade.

O florescimento é o resultado do aumento do bem-estar por meio da potencialização de elementos como o sentido, o engajamento, as emoções positivas, os relacionamentos positivos e a realização. Compreende-se a importância dessas características para a efetivação do sentimento de estar incluído, tanto no espaço físico da escola, quanto nos processos de ensino e aprendizagem e nas relações com seus pares, de modo que o sujeito esteja engajado em sua trajetória escolar como agente ativo e responsável por suas escolhas e assim possa encontrar sentido no percurso da aprendizagem. Com isso, a escola pode se tornar um ambiente favorável para: a produção de emoções positivas, bem como a felicidade, a gratidão, esperança, entre outras que contribuem para o aumento da satisfação com a vida; o estabelecimento de relações positivas respeitando e convivendo em harmonia com a diferença, compreendendo que a multiplicidade de aspectos, inerentes do sujeito e que constituem a sua identidade, pode ser profícua para o bom desempenho escolar e potencializar o desenvolvimento pessoal por meio da cooperação; e para a realização do aluno frente ao progresso no processo de aprendizagem e construção de competências e habilidades.

A Educação Integral oferece a possibilidade de um campo ampliado para as ações inerentes ao processo educativo, o que pode ser compreendido como um meio favorável à aplicação na prática das forças de caráter por parte dos alunos. Para expor alguns exemplos, observam-se os macrocampos enunciados anteriormente: a iniciação à investigação das ciências da natureza está fortemente ligada às forças “curiosidade” e

“amor ao aprendizado”; assim como cultura e arte está para a “criatividade”, “apreciação da beleza” e “humor”; e direitos humanos pode ser um campo propício para a prática da “justiça”, “trabalho em equipe”, “inteligência social” e “amor”.

A partir dessas relações, conclui-se que o florescimento, conforme conceituado pela Psicologia Positiva e incluído como um dos objetivos nos projetos pedagógicos das escolas, pode ser um propulsor de ações e estratégias que possibilitam maior efetividade dos processos de inclusão escolar. Entende-se que ainda há muito mais possibilidades que podem ser exploradas na Psicologia Positiva e que contribuem para o campo da Educação, sendo assim, deseja-se que se abram possibilidades de pesquisas que proporcionem continuidade a essas reflexões.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em: 5 jul. 2020.
- CASTEL, R. **A discriminação negativa: Cidadãos ou autóctones?** Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- CAVALIERE, A. M. Educação integral. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F (org.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: Gestrado UFMG, 2010. Disponível em: <http://www.gestrado.net.br/pdf/251.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2020.
- CINTRA, C. L.; GUERRA, V. M. Educação Positiva: A aplicação da Psicologia Positiva a instituições educacionais. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 505-514, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572017000300505&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 jul. 2020.
- HAN, B.-C. **Sociedade do Cansaço**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HATTGE, M. D. **Performatividade e Inclusão no Movimento Todos Pela Educação**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/00000A/00000A06.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2020.
- KUPFER, M. C. M. O que toca a/à Psicologia Escolar. *In*: SOUZA, M. P. R. de; MACHADO, A. M. (org.). **Psicologia Escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 55-65.
- LAJEADO (RS). Decreto 11.548, de 29 de abril de 2020. Estabelece restrições no Município de Lajeado, no período de 30 de abril de 2020 a 04 de maio de 2020, em razão do estado de calamidade decorrente do surto epidêmico de coronavírus (COVID-19). Lajeado: Diário Oficial, ed. nº 1028, ano V, 2020. Disponível em: http://www.lajeado.rs.gov.br/?template=abreAnexos&arquivo=ZGllhcmlvMjlfMDQucGRm&nomeArquivo=29/04/20_edi%E7%E3o_1028&categoriaDownload=1. Acesso em: 5 jul. 2020.
- LECLERC, G. de F. E.; MOLL, J. Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 45, p. 91-110, set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602012000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 jul. 2020.

MOLL, J. (org.). Educação Integral: texto referência para o debate nacional. Brasília: Secad/MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf. Acesso em: 5 jul. 2020.

SCORSOLINI-COMIN, F. Por uma nova compreensão do conceito de bem-estar: Martin Seligman e a psicologia positiva. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 53, p. 433-435, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2012000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 jul. 2020.

SELIGMAN, M. E. P. **Florescer**: uma nova compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem-estar. Tradução: Cristina Paixão Lopes. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. Título original: Flourish. ISBN 978-85-390-0286-3.

SELIGMAN, M. E. P.; CSIKSZENTMIHALYI, M. Positive psychology: An introduction. **American Psychologist**, Washington, D.C. v. 55, n. 1, p. 5-14, jan. 2000. Disponível em: https://www.andrews.edu/sed/gpc/faculty-research/coffen-research/seligman_2000_positive.pdf. Acesso em: 4 jul. 2020.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação já!** 3 ed. São Paulo: Todos pela educação, dez. 2018. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/170.pdf. Acesso em: 4 jul. 2020.